

# PROPOSTA DA PBH PARA PAGAMENTO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Em reunião realizada no dia 11 de agosto, o governo assumiu o compromisso de pagar todos os cursos concluídos e protocolados antes da nova legislação. A **exceção** são os cursos com investigação do Ministério Público, entre os quais estão FIJ e FERLAGOS, bem como, os cursos presenciais de instituições de outras cidades, que estão sendo analisados através de procedimentos administrativos, nos quais o/a servidor/a recebeu solicitação de comprovação de participação nas aulas.

Na reunião do dia 19 de agosto, o governo afirmou que serão liberados, atendendo a legislação antiga (cursos que atendem 3 dos 5 critérios) nos seguintes casos:

**1)** Os cursos dos/as servidores/as que estavam com BM “congelado” por motivos administrativos e não puderam ser protocolados, ou tiveram seus processos indeferidos.

**2)** Os cursos das pessoas que não puderam protocolar ou tiveram o processo indeferido por causa de atraso na avaliação de desempenho ou publicação da mesma.

Nos casos indeferidos, haverá a necessidade de abrir recurso administrativo. Nos casos em que não há resposta da PBH, é necessário solicitar resposta do pedido de progressão.

Nestes dois casos há necessidade de aguardar a publicação da regra de transição.

Em relação aos **cursos iniciados antes da nova lei**, o governo informou que enviará à Câmara a sua proposta de regulamentação da regra de transição, através de um projeto de lei que prevê algumas situações distintas:

**a)** Os cursos que foram iniciados até 06/12/2007 e não estavam concluídos antes da mudança da lei, deverão atender 3 dos 5 critérios da lei antiga, sendo necessariamente um deles, a existência de credenciamento da instituição pela CAPES.

**b)** Os cursos que foram feitos através de convênios entre as instituições educacionais e a SMED.

Segundo o governo, o envio da proposta de transição depende da aceitação pela categoria. Neste sentido, as reuniões de representantes realizadas no dia 20 de agosto encaminharam a discussão para as escolas/UMEs e a definição da posição da categoria para a **Assembleia Geral**, com PARALISAÇÃO TOTAL, a ser realizada no dia **16 de setembro, às 8h**.

# Ensino Médio

No dia 25 de maio, ocorreu na Câmara Municipal de Educação de Belo Horizonte a Audiência Pública sobre o ensino médio. A galeria da casa ficou lotada com estudantes das escolas Carlos Lacerda e Salgado Filho. Os presentes defenderam a continuidade do atendimento do ensino médio na Rede e a cooperação efetiva entre Estado e Município para garantir os recursos para esta política. Afinal, o Aécio falou para Belo Horizonte que está ao lado do Márcio Lacerda. Foi definida a realização de uma audiência na Assembleia Legislativa sobre o Ensino Médio, com a presença da Secretaria de Estado da Educação, SMED, escolas estaduais e municipais.

Entretanto, a SMED já está encaminhando para algumas escolas a orientação de não abertura de vagas no primeiro ano e o encaminhamento dos/as estudantes para as escolas estaduais mais próximas.

Nos dias 22 e 26 de agosto, a E.M. Carlos Lacerda realizou assembleias com a comunidade para debater a questão. No dia 27 aconteceu a reunião de representantes de escolas de ensino médio no Sind-REDE/BH, às 14 horas e às 18 horas no Conselho Municipal de Educação.

A reunião no SindREDE/BH definiu as seguintes ações:

**31/08** - Assembléia da E.M. Paulo Mendes Campos - 19 horas

**01/09** - Assembléia da E.M. Carlos Lacerda - 19 horas

**02/09** - Manifestação na SMED com entrega de manifestos e abaixo-assinados - 14h

**03/09** - Reunião de representantes das escolas de Ensino Médio - 14 horas - SindREDE/BH

**15/09** - Manifestação na Praça 7 - concentração a partir de 12:30 horas, com passeata até à PBH às 14 horas.

Acompanhe o calendário de debates e luta e garanta a presença da sua escola.

## O DEBATE SOBRE O ENSINO MÉDIO NA CÂMARA FEDERAL

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou no dia 25 de agosto, terça-feira, um projeto de lei do Senado que determina a universalização do ensino médio público e gratuito.

Atualmente, por meio da LDB, o Poder Público é obrigado a universalizar o acesso ao ensino fundamental, e aumentar, progressivamente, a cobertura do ensino médio. A universalização do ensino médio não poderá extinguir os cursos e exames supletivos.

De acordo com a legislação, podem fazer as provas supletivas do ensino médio pessoas maiores de 18 anos. Como tramita em caráter conclusivo, a proposta segue agora para sanção presidencial, a não ser que haja recurso para votação pelo Plenário.

Esta notícia é importante porque abre uma nova discussão com a PBH acerca do ensino médio na Rede Municipal de BH.

## PROJETO DE INICIATIVA POPULAR

Reforçamos a necessidade de ampliarmos a coleta de assinaturas do Projeto de Iniciativa Popular com seguintes objetivos:

- a) a redução do interstício para a progressão por mérito para o mínimo de 913 dias, previsto pelo Estatuto do Servidor, e não por 1.095 como vem sendo aplicado pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte;
- b) Um piso salarial para todos(as) os(as) Trabalhadores(as) em Educação nível médio (Auxiliares de Escola, Biblioteca e Secretaria);
- c) Unificação da carreira do cargo de Educador Infantil com o cargo de Professor Municipal.

As assinaturas já coletadas podem ser entregues no Sind-Rede/BH.